



PORTARIA Nº 353/2024, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2024.

“REGULAMENTA O ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DE QUE TRATA A LEI FEDERAL N.º 14.133/2021, NO ÂMBITO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DA REGIÃO AMPLIADA NOROESTE – CISREUNO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Presidente do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DA REGIÃO AMPLIADA NOROESTE – CISREUNO, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto no Estatuto e no Regimento Interno do Consórcio;

Considerando a entrada em vigor da Lei Federal n.º 14.133/2021, de 1º de Abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos”;

Considerando o disposto no art. 3º, da Lei Complementar Federal de nº198/2023 de 28 de junho de 2023;

Considerando o disposto na Lei Federal n.º 14.133/2021 e na Portaria n.º 318/2024, de 10 de janeiro de 2024, que “Dispõe Sobre os Atos Administrativos Preparatórios à Licitação e Procedimento de Pesquisa de Preços Para Aquisição de Bens e Contratação de Serviços em Geral, nas Áreas de Que Trata a Lei Federal n.º 14.133/2021, no âmbito do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Rede de Urgência e Emergência da Região Ampliada Noroeste – CISREUNO e dá Outras Providências.”;

Considerando que a realização de licitação e/ou contratações para atender à necessidade informada pelos seus Municípios Consorciados, a partir da demanda de cada um, está dentre as finalidades institucionais do CISREUNO;



Considerando a recorrência de necessidade de aquisição/contratação de bens e serviços usuais e de baixa complexidade pelo CISREUNO, para uso próprio e/ou pelos seus Municípios Consorciados,

Considerando o disposto na Lei Federal n.º 11.107/2005, de 06 de Abril de 2005, que “Dispõe Sobre Normas Gerais de Contratação de Consórcios Públicos e dá Outras Providências”;

Considerando o que dispõe o Decreto Federal n.º 6.017/2007, de 17 de Janeiro de 2007, que “Regulamenta a Lei n.º 11.107, de 6 de Abril de 2005, Que Dispõe Sobre Normas Gerais de Contratação de Consórcios Públicos.”;

E, considerando os princípios constitucionais e legais que norteiam a Gestão Pública Responsável, dos quais, o administrador público não pode se afastar nem deixar de observar, sob pena, de responsabilização pessoal por ato de improbidade administrativa e aplicação de sanções cíveis e criminais.

RESOLVE

Art. 1º. Esta Portaria regulamenta, no âmbito do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Rede de Urgência e Emergência da Região Ampliada Noroeste – CISREUNO, com fundamento na Lei Federal n.º 14.133/2021, o Estudo Técnico Preliminar.

Art. 2º O Estudo Técnico Preliminar é o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação, nos termos do inciso XX, do art. 6º da Lei Federal nº14.133/2021.

CAPÍTULO II

HIPÓTESES DE DISPENSA DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR



Art. 3º Fica dispensada a realização de Estudo Técnico Preliminar pelo Setor competente do CISREUNO nas seguintes hipóteses:

I – Produtos ou serviços usuais, assim considerados os de baixa complexidade técnica e indispensáveis à manutenção da atividade administrativa do CISREUNO e/ou dos entes consorciados, quando relacionados ao serviço público de saúde;

II – Outras hipóteses, devidamente justificadas, em que fique demonstrada a impossibilidade de sua realização, nos termos da Lei Federal n.º 14.133/2021.

III - A dispensa prevista neste artigo não impede a elaboração de Estudo Técnico Preliminar, quando a Secretária Executiva, assim julgar necessário.

Art. 4º. É dispensada a realização do Estudo Técnico Preliminar para as hipóteses de contratação com fundamento no inciso III do art. 75 da Lei 14.133/2021.

Art. 5º. A elaboração do estudo técnico preliminar é facultada nas hipóteses de contratação com fundamento nos incisos I, II, IV, VII, VIII do art. 75 da Lei 14.133/2021 e no §7º do art. 90 da Lei 14.133/2021.

Art. 6º. É igualmente dispensada a realização de estudo técnico preliminar nos casos de prorrogações contratuais relativas a objetos de prestação de natureza continuada, do qual já tenha sido objeto de Estudo anterior e mantida a adequação às soluções disponíveis no mercado, atestada no despacho autorizado da medida.

ART. 7º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º. Revogam-se as disposições em contrário.

Patos de Minas, 07 de fevereiro de 2024.

GERALDO MAGELA GOMES
PRESIDENTE DO CISREUNO